



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
**CASA DE EPITÁCIO PESSOA**  
*Gabinete do Deputado Wilson Filho*

**PROJETO DE LEI Nº 2.218 /2020.**

**AUTOR: DEP. WILSON FILHO**

**ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS PARA  
POLÍTICAS PÚBLICAS DE  
ENFRENTAMENTO ÀS NEOPLASIAS  
MALIGNAS NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE  
DO ESTADO.**

A Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba decreta:

Artigo 1º - Esta lei estabelece diretrizes gerais para políticas públicas de enfrentamento às neoplasias malignas na rede pública de saúde do Estado.

Artigo 2º – A legislação estadual que versar sobre políticas públicas a que se refere o artigo 1º deverá se pautar pelas seguintes diretrizes:

I – reconhecimento do câncer como Doença Crônica Não Transmissível (DCNT);

II – integralidade de assistência, garantindo-se, a partir do diagnóstico, o acesso integral ao tratamento, incluindo cuidados paliativos, suporte respiratório, reabilitação, assistência farmacêutica e multiprofissional, inclusive domiciliar, quando prescritas pelo médico assistente;

III – inviolabilidade da relação médico-paciente, restando vedadas disposições que imponham anuência, autorização ou ciência de outros médicos para acesso a tratamentos, medicamentos, exames e procedimentos;

IV – livre prescrição médica, respeitada a legislação em vigor sobre o exercício da medicina;

V – individualização do tratamento, restando ilegais disposições ou atos que excluam ou dificultem a possibilidade de cuidado individualizado;

VI – autonomia do paciente, garantindo-se a livre escolha do médico assistente e direito à segunda opinião, sem prejuízo do tratamento no prazo legal ou imediato conforme prescrição médica e aderência do paciente;

VII – obrigatoriedade de entrega de relatório médico, em prazo não superior a 3 (três) dias úteis, sempre que o paciente o solicitar;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
**CASA DE EPITÁCIO PESSOA**  
*Gabinete do Deputado Wilson Filho*

VIII – garantia de apoio psicológico e social permanente ao paciente e sua família.

Artigo 3º – A ausência de código de referência no Catálogo Internacional de Doenças, ou em outras bases, não será impeditiva para concessão de tratamento específico contra a enfermidade, cujo acesso pelo paciente dependerá apenas de relatório do médico assistente.

Artigo 4º – O tratamento contra o câncer deverá ter início em **prazo razoável** após o diagnóstico, prescrição e relatório médico assistente, sendo vedado condicionar o início ou a continuidade do tratamento a qualquer outra formalidade.

§ 1º – O médico assistente poderá solicitar início imediato ou em prazo inferior ao estabelecido no “caput” deste artigo por meio de relatório que contenha justificação técnica para a medida.

§ 2º – O tratamento será baseado no respectivo protocolo clínico e nas diretrizes terapêuticas federais ou estaduais, se houver, ou na melhor evidência científica disponível, conforme orientação do médico assistente.

§ 3º – É garantida ao paciente a continuidade do tratamento, sem quaisquer interrupções, exceto as necessárias para o manejo da própria condição de saúde do paciente, conforme sua autonomia de escolha e prescrição do médico assistente.

Artigo 5º – Nos casos em que a principal hipótese diagnóstica seja neoplasia maligna, os exames necessários à elucidação devem ser realizados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, mediante solicitação fundamentada do médico responsável, sob pena de responsabilidade do diretor da unidade de saúde à qual está vinculado o atendimento do paciente, possuindo cada exame seu prazo próprio de 30 (trinta) dias.

Artigo 6º – As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 7º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, “Casa de Epitácio Pessoa”, em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

**Wilson Filho**  
*Deputado Estadual*



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
**CASA DE EPITÁCIO PESSOA**  
***Gabinete do Deputado Wilson Filho***

**JUSTIFICATIVA**

A “Declaração para Melhoria da Atenção ao Câncer no Brasil” elaborada pelo Movimento Todos Juntos Contra o Câncer delineou importantes medidas a serem adotadas a fim de promover no Brasil as melhorias imprescindíveis ao efetivo enfrentamento ao câncer.

A declaração aponta:

*“O câncer representa uma das principais causas de morbidade e mortalidade em todo o mundo, com cerca de 14 milhões de novos casos e 8,2 milhões de mortes em 2012. O número de novos casos ainda deverá aumentar em cerca de 50% nas próximas duas décadas e, se nada for feito, em 2030 serão 21 milhões de novos casos e 14 milhões de mortes, sendo que a maior parte ocorrerá nos países em desenvolvimento.*

*Do ponto de vista financeiro, o custo do câncer em mortes prematuras e invalidez, sem considerar os custos médicos, foi estimado em US\$ 1 trilhão em todo o mundo. Apenas no Brasil, entre os anos 2000 e 2007, os investimentos do Ministério da Saúde (MS) no tratamento da doença aumentaram em cerca de 80% ao ano, passando de R\$ 200 milhões em 2000 para R\$ 1,4 bilhão em 2007.*

*O Brasil vem sofrendo mudanças relevantes em seu perfil demográfico e epidemiológico, consequência, entre outros fatores, do processo de urbanização, da industrialização e dos avanços da ciência e da tecnologia. A essas novas características da sociedade brasileira, unem-se a mudança nos hábitos e estilo de vida e a exposição a fatores de risco próprios do mundo contemporâneo. A mudança demográfica, com consequente envelhecimento da população, associada à transformação nas relações entre as pessoas e o ambiente, acarretaram alterações importantes no perfil de morbimortalidade, diminuindo a ocorrência das doenças infectocontagiosas e colocando as doenças crônico-degenerativas no centro de atenção.*

*O câncer é atualmente a segunda principal causa de morte no*



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
**CASA DE EPITÁCIO PESSOA**  
***Gabinete do Deputado Wilson Filho***

*Brasil, atrás apenas das doenças cardiovasculares. Em 2012, foram 191.577 óbitos por câncer, conforme dados do próprio Ministério da Saúde e ilustrado na tabela abaixo. Quanto à incidência, em seu último levantamento em 2014, o Instituto Nacional de Câncer (INCA) estimou 576.580 novos casos de câncer, sendo 302.350 em homens e 274.230 em mulheres.*

*Pelo impacto e perfil epidemiológico que o câncer apresenta, ganha relevância e deve ser parte das agendas das políticas de estado no sentido de melhorar consideravelmente sua prevenção, o diagnóstico precoce e o acesso a tratamentos mais modernos e eficazes.”*

Diante disso, faz-se imprescindível que o Estado da Paraíba esteja na vanguarda desta empreitada e estabeleça uma política de enfrentamento ao câncer, com os atributos que só a lei em sentido estrito pode ofertar, garantindo dessa forma, o atendimento às contemporâneas necessidades regionais na área oncológica.

Tendo em vista o exposto, peço apoio às Deputadas e aos Deputados desta Casa de Leis para a aprovação da presente propositura.